

Sebastião Soares

Hildete Pereira de Melo: Você entrou no BNDES por concurso público realizado em 1963, tendo ocupado, sucessivamente, todos os cargos de carreira técnica e executiva, até superintendente de área. O que era essa área?

Sebastião Soares: Fui, sucessivamente, superintendente da área de infraestrutura, da área de planejamento e da área social. Isso já foi no final da década de 1970 e na primeira metade dos anos 80. Na década de 1960 fui engenheiro, chefe de setor e chefe de núcleo.

Maria da Conceição Tavares: Quando veio o golpe o Banco não tinha presidente. O que houve? O Jango não conseguiu nomear ninguém?

SS: O último presidente do Banco nomeado pelo Jango foi o Leocádio Antunes, que ficou até junho de 1963. Quando ele saiu ficou respondendo pela presidência o Dr. Genival de Almeida Santos, então diretor-superintendente. No Banco, tomei posse em 2 de julho de 1964, portanto após o golpe. Fui lotado na Divisão de Indústrias Metalúrgicas do Departamento de Controle das Aplicações.

MCT: A Usiminas já estava terminada?

SS: A Usiminas já operava parcialmente; a Cosipa é que ainda estava em construção. A usina da Cosipa foi instalada em cima de um pântano. O problema não era ser pântano; o problema é que era uma obra de engenharia complicada, num lugar que não tinha sido estudado suficientemente, sob a ótica da geologia e da mecânica dos solos. Então a obra ia afundando. Uma das maiores dificuldades, por causa desse terreno ruim, era a construção de uma unidade de recebimento das matérias-primas, o “virador de vagões”, que exigia escavações profundas para construir instalações muito abaixo do nível do solo. Pois bem, fazer uma escavação de cerca de vinte metros de profundidade, na lama, demorou perto de dois anos ! Porque você começava a escavar, mas tinha de tirar lama, e

não terra; não havia parede do “poço” escavado!. Então se fazia uma ensecadeira, que é uma espécie de parede de estacas cravadas no solo, que delimitam um espaço retangular a ser escavado e, dentro do qual, lá embaixo, as instalações serão construídas. A demora era consequência dos sucessivos rompimentos da ensecadeira, em decorrência da pressão externa da lama, que aumentava de forma irresistível, à medida que a escavação no interior avançava. Observava-se que, sempre, essa ruptura ocorria nos cantos da ensecadeira, isto é, nos vértices do retângulo formado pelas paredes. Tudo era feito rigorosamente conforme o projeto de engenharia de toda a usina, que era de origem estrangeira. Por mais que fossem resistentes os materiais utilizados, ou maiores os cuidados tomados na execução da escavação, não havia meio de avançar: a ensecadeira se rompia, enchendo de lama de novo. Tudo tinha que ser parado e refeito! Foi quando um engenheiro lá da Cosipa teve a seguinte ideia: se na ensecadeira retangular os cantos são sempre fracos, então faremos a ensecadeira circular. Depois da escavação, havia a pressão da lama sendo exercida sobre a face externa da ensecadeira, agora cilíndrica, o que a torna mais resistente e estável. Assim foi feito, e nunca mais afundou.

MCT: A pressão sobre o círculo.

SS: Isto. Pura adequação da tecnologia à realidade. Isso é engenharia brasileira. A construção da Cosipa foi responsável pela criação de uma grande competência nacional em engenharia de solos e em fundações por causa de fatos como o relatado. Foi muito interessante.

MCT: Em qualquer das crises, o Banco aguentava o tranco, com seu pessoal técnico concursado, e não mudava muito, não é mesmo? No máximo trocava peões.

SS: Não assisti a mudanças profundas internamente. Mas o Banco era muito menor do que hoje. Começou na Rua 7 de setembro e só fomos para a Rio Branco em 1973.

MCT: Quando você entrou, no departamento econômico continuava a velha guarda? O Juvenal Osório, que foi o cara mais permanente deste Banco?

SS: O Juvenal, quando eu entrei, estava meio afastado, escanteado. Era 1964! Na década de 1970, com o Marcos Vianna, é que ele foi reabilitado plenamente.

MCT: Quando você entrou lembra-se se havia algum fundo especial para financiar alguma coisa?

SS: O Banco aplicava recursos do Fundo de Reparcelamento Econômico, que nasceu lá na Comissão Mista. E em 1965 surgiu, com o apoio do BID, o Finame. E também se criou, em 1966, o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (Funtec), para apoio à tecnologia e ao ensino de pós-graduação. Tinha também o Finep, financiamento de estudos de projetos, que depois virou a empresa, que manteve a sigla e herdou o Funtec. O José Pelúcio Ferreira esteve à frente de grande parte disso.

MCT: O Funtec foi que financiou todos os programas de pós-graduação. Antes de 1964 tinha havido os grupos executivos, das máquinas pesadas, da automobilística etc. Em 1964 terminou tudo e quase não sobrou vestígio. Então criaram o Finame para supostamente financiar bens de capital.

MCT: Você se lembra de mais algum?

SS: O Fipeme, que era o Fundo para apoio à Pequena e Média Empresa, criado também com recursos do BID.

MCT: Estou querendo esclarecer o período de transição. Sei que alguns escaparam da repressão e que continuaram a trabalhar. O Pelúcio me contou que o coronel do inquérito deixou que os “perigosos” continuassem a trabalhar. Depois é que vieram as subsidiárias, era isso? Então, no período de transição, desmontam-se os grupos executivos e criam-se fundos. Isso é interessante, pois pelo projeto do Roberto Campos não deveria existir isso, pois era liberal e não queria nada disso. Era por baixo que as coisas resistiam, como afirma o Luciano Martins. A tecnocracia do Banco, que era de concursos e vinha de outros tempos, resistia.

SS: Deixe-me contar a origem das subsidiárias. Sabe onde estão as origens mais remotas das subsidiárias do Banco? Estão ainda na década de 1960, com o então denominado grupo siderúrgico. E por que nasceu o grupo siderúrgico? Porque se aplicava uma montanha de dinheiro nos projetos de siderurgia que estavam em implantação. O Banco gastava cerca de três quartas partes de seu orçamento na siderurgia, daí ser chamado de Banco do Aço. Era uma atitude de avestruz, no seguinte sentido: o Banco era um banco de financiamento, recebia projetos, analisava-os e os apoiava e, após, fazia um acompanhamento da aplicação dos recursos, exclusivamente do ponto de vista do auditor contábil e técnico. Só que nesse período as empresas estavam sob o controle acionário do Banco, e ninguém se preocupava com o seu acompanhamento sob o ponto de vista estratégico, do “dono” dos empreendimentos.

MCT: Estavam não, viraram. Justamente quando o Campos, que era o maior liberal, foi ministro do Planejamento. Não é uma piada? Não é uma ironia da história? E contra a opinião da Booz-Allen, que dizia que nosso aço não era competitivo.

SS: Pois é, foi nessa época, em meados da década de 1960. Os projetos siderúrgicos da Usiminas, da Cosipa e da Ferro e Aço de Vitória estavam em plena implantação, requerendo elevados aportes de recursos. Os grupos acionários privados que os tinham originalmente concebido, não tiveram recursos suficientes para atender às necessidades – isso já desde a segunda metade dos anos 1950 – e o BNDE era obrigado a honrar as garantias prestadas anteriormente, a financiamentos externos; também para assegurar a continuidade dos empreendimentos, aportava recursos como adiantamentos, que a seguir eram convertidos em participação societária. E assim tornou-se o Banco do Aço! E as empresas viraram empresas estatais! E quem exercia o papel de dono dessas empresas? Ninguém. As empresas recebiam o grosso dos recursos de que necessitavam do BNDE e, apesar de deter a maioria do capital acionário dos projetos, o Banco não estava preparado para exercer a função de controlador de empresas. E veio uma Administração do Banco que trazia uma verdadeira idiosincrasia pela siderurgia e, deliberadamente, não enfrentava essa situação. Então criamos internamente, e nunca se formalizou o chamado Grupo Siderúrgico. Era uma pequena equipe com engenheiros, contadores e economistas, e começamos a assumir, tímida e informalmente, algumas atitudes próprias de acionistas; buscávamos exercer um controle que o Banco não fazia oficialmente. Visitávamos as empresas e ao invés de ficarmos apenas olhando a execução de cronograma físico e a contabilização das despesas com a implantação do projeto, começamos também a perguntar sobre perspectivas, estratégias, ou seja, exercemos um olhar de conjunto, um olhar mais amplo de empreendedor. Esse Grupo Siderúrgico funcionou de 1967 até a chegada do Marcos Vianna, que o formalizou como um Núcleo de Participações Societárias, em 1972. Foi a primeira vez que houve uma estrutura formal de participação societária: o Banco olhando as empresas não apenas como financiador, mas como financiador e também acionista, e em 1974 o Marcos Vianna criou as três subsidiárias: Fibase, Embramec e Ibrasa.

MCT: Quando é que montaram o financiamento às exportações?

SS: Ah, isso é muito posterior.

MCT: Já temos claro o Banco do Aço e já entendemos a criação das subsidiárias. Nesse tempo todo você esteve no aço?

SS: Fiquei no aço desde que entrei até 1977. Nesse ano fui para o Departamento de Planejamento (Deplan) coordenar a implantação do SPI (Sistema de Planejamento Integrado). Fiquei dois anos. Quando estava ainda no aço foi fundado o Consider, Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica. O estudo da Booz-Allen foi feito entre 1966 e 1967.

MCT: Quer dizer, o Banco estava encalacrado com o aço. Então encomenda-se o estudo e a Booz-Allen declara que nós não somos competitivos.

SS: Isso deu razão àquela Administração idiossincrática à siderurgia pois o estudo da Booz-Allen caiu como uma bomba, e dizia que não se devia investir em siderurgia. Então surgiu um estudo interno do Eurycles Pereira. Ele e um engenheiro, do Ministério da Indústria e do Comércio, compunham um grupo de trabalho, do Ministério junto com o BNDE, para estudar o relatório da Booz-Allen. Esse grupo de trabalho propôs uma alternativa que se chamava Plano Siderúrgico Nacional, recomendando a criação do Consider e da Brasider, inspirados no modelo italiano, do Finsider e da Italsider. Mas a proposta não foi aceita e ficou engavetada. Só saiu da gaveta mais adiante, no governo Médici, e estando o Marcos Vianna na presidência do BNDE.

MCT: O Plano de Metas foi o auge do Banco. Para mim não tem conversa, porque apesar de o BNDE ser um banquinho mobilizava fundos gigantescos. Essa é a verdade, só que as diretorias eram de infraestrutura. Na medida em as estatais de infraestrutura foram sendo criadas, o Banco vai deixando esse segmento de lado. Fica encalacrado, porque ademais o dr. Bulhões fez o favor de tirar do BNDE, inclusive, o adicional de imposto de renda.

SS: Mas não tirou 100% do adicional, modificou a forma de destinar os recursos.

MCT: Tirou sim, tirou tudo, cancelou o adicional inclusive. O problema é que passou a dar aleatoriamente, na dotação orçamentária dizia: “adicional de imposto de renda”.

SS: Deixou de ser uma dotação compulsória e automática e passou a ser uma dotação orçamentária anual.

MCT: A propósito, o Banco era autarquia, quando foi criado pela Lei nº. 1.628, de 20 de junho de 1952. Depois, em 1967, pelo Decreto-Lei nº. 200 fica vinculado ao Ministério do Planejamento e só depois é que entra na categoria de empresa pública, não foi?

SS: Foi. Pela Lei nº 5662, de junho de 1971, virou empresa pública, já na

gestão do Marcos Vianna. Mas deixe eu lhe dizer, pois estamos ainda na década de 1970 e falando da siderurgia. O Banco cresceu, houve a Booz-Allen, houve aquele relatório do GCIS-Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica, que estudou o relatório da Booz-Allen e contrapropôs o Plano Siderúrgico. Na década de 1970, foram criados o Consider e a Siderbras, e foi equacionado o Plano Siderúrgico Nacional com as etapas I e II. O BNDE e o Ministério da Indústria e do Comércio, então muito entrosados, desempenharam papel relevante na implantação desses projetos. Para a implementação do Plano Siderúrgico tivemos o apoio do Banco Mundial e do BID. O *funding* da expansão da siderurgia tinha recursos externos e recursos internos. Os recursos externos eram de duas grandes categorias: havia uma parte do crédito proveniente do Banco Mundial e do BID, e havia um conjunto de créditos bilaterais para financiar a importação de equipamentos nos países de origem: Estados Unidos, Itália, Áustria, Alemanha, França Inglaterra e Japão.

MCT: Os recursos externos eram bilaterais e multilaterais?

SS: Sim. Eram do Banco Mundial e do BID, e de bancos e/ou entidades financeiras dos países fornecedores dos equipamentos. Esses créditos representavam cerca de 40% do *funding*. O restante era do BNDE, sendo alguma coisa do Finame. Uma importante discussão da etapa II desse plano era saber se o Finame seria usado como um vetor de absorção de tecnologia pelo setor de bens de capital. O ministro Delfim era contra, pois queria trazer recursos externos.

MCT: Por isso é que afirmo que o Banco só tem duas etapas em que funcionou como banco de desenvolvimento para valer: durante o Plano de Metas e no II PND, do Geisel. O resto foi brincadeira! Como se endividar para nada? Como importar equipamentos quando se tinha uma indústria de equipamentos com capacidade ociosa?

SS: Essa segunda etapa, em que o Finame entrou para reduzir a importação de equipamento, foi um período de grandes oportunidades para a indústria de bens de capital no Brasil, pelo grande volume de encomendas demandado pelos projetos. O fornecimento dessas encomendas, com o apoio da Finame trazia a possibilidade para as empresas nacionais se capacitarem tecnologicamente, seja por desenvolvimento próprio, seja por absorção de tecnologia externa. Infelizmente isso não ocorreu em larga escala. Muitos fabricantes nacionais associaram-se aos fornecedores externos, fabricaram e entregaram as encomendas, tiveram um bom lucro, distribuíram dividendos, mas não absorveram a tecnologia! E, daí a cinco,

seis anos, não tendo realizado outros fornecimentos, estavam quebrando... No entanto, e além de tudo, tinham apoio financeiro subsidiado do Banco para se capacitarem. É duro, não?

MCT: Os únicos que não entraram nessa brincadeira foram o Gerdau e o Antonio Ermírio.

SS: O Grupo Votorantim tinha uma estratégia diferente. O Banco sempre teve um pouco a postura de incentivar o empresário a desempenhar seu papel e ocupar seu espaço. O Votorantim sempre foi conservador. Na questão do alumínio, por exemplo, não queria ganhar espaço, queria conviver com a Alcan e com a Alcoa.

MCT: Por que é que alguns empresários, em particular os de mecânica, começaram a reclamar do Geisel? Que aconteceu com os de mecânica em São Paulo? Eles achavam que a subsidiária do BNDES os enquadrava demais? Todos os nacionais de metalurgia de São Paulo, inclusive o Mario Dedini e o Claudio Bardella.

SS: Não sei o que ocorreu. Não alcanço sua indagação. Em alguns casos foi exatamente o contrário. O projeto do Villares, por exemplo, que a Vibasa quis fazer em Pindamonhangaba, era para ser na Usimec, em Ipatinga. O presidente da Usimec, que também era o superintendente da Usiminas, levou ao Banco o projeto da grande forjaria pesada para ser feita em Ipatinga, junto da Usiminas. O presidente do Banco não deixou fazer na Usiminas. Por quê? Porque queria fazer com a iniciativa privada. Aí, o Paulo Villares recebeu a incumbência de fazer o projeto. Essa história, essa mudança do projeto, da Usimec para a Vibasa, implicou na sua inviabilização, porque o investimento em Pindamonhangaba requeria a criação de uma imensa capacidade de aciaria, que já existia na Usiminas, junto da Usimec. O que se queria era fazer peças grandes. Se você quisesse fazer um eixo para turbinas de grande potencia e dimensões, o lingote bruto deveria ter umas 200 toneladas. Precisava-se, portanto, de um forno capaz de, numa corrida, verter 200 toneladas de aço. O projeto foi feito, em Pindamonhangaba. E fez só meia dúzia de eixos e quebrou.

MCT: Mas por que eles ficaram chiando contra o Geisel?

SS: Não sei. Talvez sejam contradições. No governo Geisel criou-se o incentivo da correção monetária limitada a 20%, mas só para projeto privado, pois projeto estatal não tinha isso. A siderurgia estatal, por exemplo, não recebeu qualquer incentivo dessa natureza. O decreto do incentivo foi em 1975, e estávamos em

plena execução do Plano Siderúrgico Nacional, com a importante expansão das empresas estatais.

MCT: E a Açominas?

SS: Era estatal, no estado de Minas, e já nasceu com a Siderbras, depois da segunda metade de 1970.

MCT: Eles fizeram tantas usinas em Minas, todas elas estatais e havia sobre capacidade. Era a tal ponto que se não fosse estatal teria quebrado na crise da dívida externa, como quebraram as privadas. Todos os empresários a quem o Banco atribuiu projetos grandiosos e que tinham captação de recursos lá fora quebraram. Justamente os únicos que não quebraram foram o Antonio Ermírio e o Gerdau. Os programas siderúrgicos, como você mesmo diz, eram todos estatais?

SS: Parte eram estatais, mas a Mendes Júnior não era. A Acesita era a mais antiga e cresceu, fazia aços especiais. Era a única. E tinha a Mannesman, que era estrangeira, também de aço especial.

HPM: Que foi outro escândalo da década de 1950.

SS: Mas aí foi um escândalo financeiro. O incentivo nós concedíamos na forma de melhores condições de taxas de juros, prazos, participação da Finame, se a empresa absorvesse tecnologia, montasse um esquema de absorção de tecnologia, mas o empresário preferia não fazer isso. Preferia pegar recursos.

MCT: Lá fora... E o outro azar é que na década de 1970 tinha o petrodólar com taxa de juros negativa. Nesse sentido é que digo que os empresários conservadores eram melhores, porque duraram. Aqueles das empresas gigantescas feitas na década de 70, é que foram o problema.

SS: A visão neoliberal de tudo isso, é a de que enquanto o mercado era reservado para as empresas nacionais elas se desenvolveram, mas quando foram expostas à concorrência elas sucumbiram

MCT: Ah, não me interessa a visão neoliberal.

SS: Mas é a outra versão, Conceição. É a outra leitura. Porque a Villares cresceu, era uma potência? Era tudo protegido, reserva de mercado. Havia incentivo, correção monetária limitada. A inflação era 80%, ela só pagava 20%. Obviamente não é esta a minha opinião. Estou apenas contra argumentando.

MCT: Mas não é isso. A Aço Villares era considerado nobre, de bom nível, até se meter nessa enrascada. Isto é que me deixa pasma. Como é que uma empresa se mete numa coisa que supõe encomendas umas atrás das outras? O fato de haver dinheiro barato é uma explicação?

SS: É uma explicação.

MCT: E aí, como dizia o Bulhões Pedreira, nos bons tempos, os caras ficavam com a caixa e as sociedades anônimas eram todas fictícias porque eram familiares. Mas perdiam tudo, até o nome da família.

SS: A Villares perdeu os elevadores, perdeu a indústria mecânica lá de Araraquara.

MCT: Por que, apesar de tantos terem entrado nisso, o Antonio Ermírio não entrou? O grupo Votorantim pode ter entrado pedindo dinheiro para outras coisas. O alumínio ele não quis bancar, e fez muito bem, pois do meu ponto de vista teria se dado mal. É óbvio que ia pegar uma concorrência gigantesca.

SS: Nessa história do alumínio, deixe-me acrescentar o seguinte: uma das razões que o Votorantim alegava para não querer fazer grande expansão no alumínio era porque desde o início, desde a primeira usina dele, lá em Sorocaba, funcionava com auto suficiência de geração de energia elétrica. Isso era fundamental. E o rio que havia lá, era concessão dele, pois o potencial hidrelétrico desse rio era dele. Hoje está esgotado.

MCT: Tinham proposto a ele fazer lá em cima, no projeto Carajás.

SS: O medo dele era isso. Ele não queria porque não tinha a concessão.

MCT: Ele não era maluco, pois fazer uma empresa de alumínio lá em Carajás seria uma coisa caríssima, de alto risco. O Delfim dizia que depois que os japoneses não quiseram, ficou por conta do governo, pois nenhum empresário privado topou botar um tostão em Carajás. O que eu queria lhe perguntar é como é possível que todos os empresários de São Paulo tenham recebido esses subsídios? Por acaso eles foram cortados em meados dos anos 1970?

SS: Ao longo dos anos 1970 os subsídios foram sendo cortados. Será que era disso que eles reclamavam.

MCT: Ficaram contra e viraram, subitamente, amigos da democratização.

SS: Foi. A correção monetária limitada a 20% foi um decreto, conseguido pelo Marcos Vianna, no apagar das luzes de 1975, e extinto em 31 de dezembro de 1976. E nunca mais aconteceu.

MCT: Pronto, é isso. Viu só como se explica a política deste país? E o Lessa acabou dizendo que era um preconceito antiestatizante. Aqui nunca ninguém teve preconceito de nada. Aliás, esse negócio de ser desenvolvimentista ou não, liberal ou não, estatizante ou não, depende do bolso. Eu nunca vi empresário ter ideologia. Aliás, vi o Gerdau, que sempre foi conservador. A pré-fixação da correção

monetária, que vigorou em 1975 e 1976 é importante. Explica porque ficaram subitamente contra o Geisel.

MCT: Durante o primeiro plano siderúrgico, você ainda estava no Banco?

SS: Fui chefe, até o início de 1977, do Departamento de Indústria, Metalúrgica, Siderurgia e Mineração, o Depim. Depois passei a ser chefe do Deplan. Coordenei o primeiro ciclo do planejamento integrado (SPI) e a seguir passei um ano e meio como diretor da Caraíba Metais. Voltei ao Banco no final de 1979, e fui para a infraestrutura e depois para o planejamento, sempre como superintendente. Fiquei quatro anos e meio nessas duas áreas. Por último fui para a área social, onde fiquei cerca de dois anos, até me aposentar, em 1986. O Finsocial, que hoje é o Cofins, foi criado em 1982, junto com o S na sigla do Banco. O primeiro diretor do Finsocial foi o Rubem Novaes. E o segundo diretor foi o Carlos Lessa, já na Nova República. O Finsocial foi criado como recurso orçamentário, para ser operacionalizado pelo BNDES. Nossa primeira providência foi buscar regulamentar essa operacionalização e definir como os recursos seriam transferidos para o Banco e como iríamos aplicá-los, com critérios, políticas, regras, etc. Pois bem, o Ministério do Planejamento de então, nunca nos deixou fazer isso, porque usava o Finsocial como verba política.

MCT: Quem era o ministro do Planejamento?

SS: Chamava-se Antonio Delfim Neto. E quem cuidava do Finsocial no Ministério era uma assessora chamada Dorotéia Werneck. Fazíamos uma proposta de regulamentação, íamos a Brasília e discutíamos muito, passávamos a tarde com ela, que concordava com tudo, e voltávamos felizes. No dia seguinte saía uma exposição de motivos, aprovada pelo Presidente da República alocando milhões de reais do Finsocial para caminhões-pipa no Nordeste. Não sei quantos milhões para não sei quem por lá. Quando o Lessa chegou, como diretor do Finsocial em meados de 1985, ele se engajou no enfrentamento a esse desafio e, Já na Nova República, eles concordaram em regulamentar, mas só para usar 30% do Finsocial. Porque todo mundo gosta de ter uma verba orçamentária, que não tem carimbo e pode-se aplicar com meras exposições de motivos, sem nenhum critério. Você sabe que o Delfim inventou nessa época uma história fantástica da execução do orçamento da União, não sabe?

MCT: Claro! Estragou o que o Octavio Bulhões fez.

SS: Sabe como inventou? A inflação comia solta e então ele criou o negócio do excesso de arrecadação, que ele tinha liberdade para aplicar. O que era excesso

de arrecadação? Ele fazia o orçamento a preço constante, e a inflação se encarregava de dar um excesso de arrecadação. Ele aplicava isso a seu bel prazer, sem nenhum registro nas contas nacionais. O Tesouro estava com ele e tinha a obrigação de aplicar o orçamento a preços constantes.

MCT: Tem certeza?

SS: Absoluta.

MCT: Nunca ninguém aqui aplicou nada a preços constantes, era tudo a preços correntes.

SS: Sempre foi a preços constantes. O Delfim inventou uma forma para não precisar legalizar o excesso.

MCT: A partir da Nova República é que botamos previsão de inflação, previsão de crescimento do PIB, etc. Isso o Delfim não fazia. A minha pergunta volta ao PIS-Pasep, criado em 1970. Sendo declaradamente criado como um fundo para os trabalhadores, teria que haver aplicação cota social.

SS: Na origem ia tudo para o Banco. O percentual, se não me engano, foi na Constituição de 1988 que diminuiu, e passou a vir só uma parte. Antes vinha tudo e aplicávamos integralmente. Não sei se, na sua origem, parte do dinheiro ia para os sindicatos, para fazer treinamento, capacitação de trabalhadores. Hoje vai. Na época, financiou até mesmo a correção monetária.

MCT: É uma historia de peripécias! Com vontade de fazer as coisas certas, quando se vê dão errado. Outras fazem errado, e por uma reviravolta do destino dão certo.